

Memória e poder: o Golpe de 64 na imprensa de Juiz de Fora*

Iluska Coutinho** e Jorge Felz***

Introdução

Uma música composta por Chico Buarque em 1970, sob o signo do Ato Institucional número cinco, se tornou uma espécie de hino de resistência de muitos brasileiros, entre eles diversos jornalistas, categoria profissional que (con)viveu em seu cotidiano as limitações impostas pelo regime militar. Mas, como apostavam os versos da canção “Apesar de Você”, depois do processo de abertura, lenta e gradual como preconizada por Geisel e Golbery,¹ houve um amanhã depois da ditadura militar, e os fatos que desencadearam a tomada do poder no Brasil pelos militares passaram a fazer parte do passado político do país, também porque foram registrados na imprensa.

Neste artigo o objetivo é refletir sobre a forma de registro jornalístico ou, em outras palavras, a lembrança do golpe na imprensa de Juiz de Fora, sua memória impressa nas páginas dos jornais da cidade de onde partiram as tropas do general Olímpio Mourão Filho. O recorte empírico de nossa pesquisa se constitui por dois veículos de comunicação de massa, os jornais *Tribuna de Minas* e *Panorama*, e por uma produção de caráter laboratorial do curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal de Juiz de Fora.

As reportagens analisadas são em sua maioria narrativas que marcam em diferentes veículos de comunicação os 40 anos do Golpe de 1964: na edição número 165 do *Jornal de Estudos*, órgão laboratorial da Faculdade de Comunicação de UFJF e nas edições de

* Trabalho apresentado ao NP02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

** Professora Adjunta do Departamento de Jornalismo da Facom/UFJF. Doutora em Comunicação (Umesp) e mestre em Comunicação e Cultura (UnB). Iluskac@uol.com.br

*** Jornalista, professor de Fotografia e Comunicação Mediada por Computador. Mestrando em Comunicação (Umesp). Jorgefelz@uol.com.br

28 a 31 de março de 2004 dos jornais *Tribuna de Minas* e *Panorama*, o último uma publicação lançada em dezembro de 2003. Mas a cobertura dos vinte anos do golpe no jornal *Tribuna de Minas* também merece lugar de destaque em nossa análise.

A memória de 1964 ainda em ritmo lento e gradual

Na semana de 27 a 31 de março de 1984 o jornal *Tribuna de Minas*, diário que circula de terça-feira a domingo e que tem sede em Juiz de Fora com circulação na região da Zona da Mata (MG), publicou uma série de reportagens sobre a posição de protagonismo que os militares tinham assumido na vida política do país. É possível perceber nos textos dessa cobertura de caráter especial acordes no compasso ou ritmo lento e gradual da abertura, a busca por brechas. Mas o Brasil ainda tinha um presidente militar, o general Figueiredo, e por isso, em uma analogia com a letra da música-hino de Chico Buarque, muitos jornalistas e redatores ainda estavam “falando de lado”.² Assim, a chamada de primeira página anuncia a série “A *Revolução* vista 20 anos depois”. O texto destaca a reportagem inicial sobre “os fatores políticos que determinaram o fim do sonho de João Goulart em promover no país a Reforma Agrária”, e também o golpe fatal das tropas de Mourão e sua participação no movimento revolucionário de 1964.

Na narrativa que apresenta a série, em uma chamada no canto inferior esquerdo da primeira página do jornal publicado em 27.03.1974, Goulart é descrito como um sonhador e não como uma ameaça ao país. Também a expressão golpe fatal parece carregada de significação, para além de seu sentido estratégico ou militar. Mas na série de reportagens do jornal *Tribuna de Minas*, lançado em 1981, o movimento dos militares, que partiu de Juiz de Fora ainda é chamado de Revolução.

Todas as matérias sobre o tema são publicadas na página 08, logo após a editoria de Política, e são acompanhadas por uma ilustração alusiva ao tema, ou apenas selo, no jargão profissional dos jornalistas.³ A arte elaborada pelo jornal apresentava um 64 estilizado, já que o número quatro era representado a partir de um fuzil e sua alça, somado ao texto “20 anos depois”, em corpo de letra diferenciado.

O título da primeira das reportagens, publicada abaixo da indicação de editoria *Especial*, busca recriar nos leitores o impacto da partida dos militares de Juiz de Fora: “Tropas na estrada: Vai começar a Revolução”. O material é apresentado em cinco pequenas matérias, acompanhadas por duas fotografias da época. As duas imagens, uma do ex-presidente João Goulart discursando em um comício e outra do general Mourão Filho devidamente fardado e falando em um microfone, têm o mesmo tamanho, e são publicadas na parte superior da página.

O texto dos títulos e matérias busca (re)construir o contexto histórico de emergência do golpe de 64, descrito então pelo jornal como Revolução. Uma das matérias identifica na renúncia de Jânio o início dos movimentos, outra aborda a ida de Jango aos Estados Unidos, onde ele “nada consegue mas ganha dignidade”. De acordo com os textos, de caráter eminentemente histórico, ou de reconstrução de um fragmento de nossa história pelos jornalistas, a primeira data para o golpe seria o dia 02 de abril. O presidente deposto pelos militares é apresentado ainda como um poeta que teria sonhado um “sonho impossível”, a Reforma Agrária, e se descoberto sozinho já durante a Semana Santa.

Na segunda reportagem da série, a imprensa da região no período que antecedeu o movimento militar assume um papel central. “Em editoriais e grandes manchetes a imprensa de Juiz de Fora – Diários Associados – exigia a queda dos ‘comunistas’ e as ascensão das ‘forças democráticas’, enquanto anunciava a grande festa das debutantes”. Uma figura assume um lugar de destaque na diagramação da página publicada em 28.03.1984, ela traz a reprodução de uma manchete do jornal *Diário da Tarde*, que circulava na cidade de Juiz de Fora no período do golpe: “Minas mais uma vez sai em defesa da liberdade restituindo ao país, em 36 horas, a Paz e a Democracia”. Na legenda da ilustração, assim como nas matérias que têm texto e pesquisa de Renato Dias, é possível perceber um tom mais analítico, e crítico aos antigos jornalistas que expressariam em seu texto, segundo a reportagem publicada 20 anos depois, a empolgação dos editores de um jornal que sempre se manteve, como as demais publicações de Chateaubriand, contra o governo João Goulart.

Além de reproduções da primeira página dos jornais *Diário Mercantil* e *Diário da Tarde*, há quatro matérias menores e uma foto que teria tido sua publicação proibida na época, de acordo com a legenda, e que mostra o então deputado Olavo Costa enfrentando os policiais. Os textos abordam a cruzada dos militares de Juiz de Fora, o adiamento da festa das debutantes (afinal era "hora de Revolução"), a irritação dos editores de jornal em 1964 com "a pregação comunista" e ainda a festa no retorno das tropas.

Na terceira reportagem da série os personagens da narrativa, das lembranças do passado são as "Testemunhas da Revolução", como são denominadas em chamada na primeira página do jornal. O texto curto da chamada, diagramado em uma coluna, é publicado na capa ao lado de uma foto do então vice-presidente, em tamanho grande e com a seguinte legenda: "Aureliano defende direita e é acusado de executar presos". E qualquer semelhança com a proximidade sugerida na leitura fotográfica que fazemos da primeira página não teria sido mera coincidência. A pesquisa e os textos da página interna, assim como os publicados no dia seguinte, 30.3.1984, são de Luiz Alberto Guilhermino e Raquel Paiva. Neles são apresentados depoimentos de quatro fontes, ou testemunhas, como preferiu o jornal.

Tarcísio Delgado, atual prefeito de Juiz de Fora, cargo que ocupou por quatro mandatos, recebe o maior destaque e a matéria resultante de sua entrevista é publicada em seis colunas, na parte superior da página. O título demonstra uma espécie de adesão tácita do político do PMDB: Tarcísio: "Eu aceitei o golpe de 1964". É interessante notar que a expressão evitada pelo jornal ganha o título, nas palavras do entrevistado. Uma fotografia mostra Tarcísio com a mão no rosto, como que se escondendo, com a legenda "Eu não fui interventor no diretório". Ele ainda é fonte de uma matéria menor, ou sub-retranca, em que aborda os riscos de cassação de seu primeiro mandato na prefeitura.

Outra fonte, curiosamente aquela cuja matéria recebe menor espaço, é um militar reformado, José de Castro Ferreira, para quem "a deposição de um civil não chega a ser novidade". O antigo ativista José Carlos de Lery Guimarães afirma por sua vez que "Juiz de Fora viveu em 64 a época da delação". Na narrativa do jornal que trata da avaliação desta "testemunha" é possível saber que quem se opunha

aos militares era “intimado e marcado”. Ainda de acordo com a visão desta fonte, mediada pelos jornalistas, Juiz de Fora “paga até hoje” pelo seu apoio e participação ativa na ações que desencadearam a deposição de João Goulart. Finalmente, de acordo com Lenir de Cardoso Lenir, entrevistada que nos é apresentada em uma foto com o dedo em riste, 20 anos depois o sentimento para aqueles que, como ela, sabiam até a data do levante, era de decepção: “Os princípios da revolução não foram cumpridos”.

O mesmo estilo de depoimentos, colhidos e narrados pelos repórteres, marca a publicação de 30.03.1984. Desta vez são três fontes: Mello Reis, estudante de esquerda que teve seus livros queimados pela mãe e em 84 era filiado ao PDS; Adhemar de Andrade, barbeiro com visão política que afirma que a cidade vivia um clima tranqüilo no período que antecedeu a partida das tropas; e Clodsmidt Riani, sindicalista que denuncia nas matérias o desrespeito à imunidade internacional e a falta de provas que sustentassem a ação dos militares, enquanto anuncia seu retorno à política.

Na edição da *Tribuna de Minas* publicada exatamente no dia em que o golpe completava 20 anos, em 31 de março de 1984, o tema tratado foi a relação entre o comunismo e o movimento de 1964. O título principal, que oferece uma espécie de orientação para as quatro matérias apresentadas, insinua um debate que só começaria a ser possível na chamada esfera pública se concretizada a abertura: “O comunismo: ameaça ou vítima em 64?”.

A questão proposta é respondida por três fontes, duas delas têm sua entrevista publicada em formato pingue-pongue, isto é, pergunta e resposta: Dom Geraldo e Milton Fernandes. Em 1964 o primeiro era arcebispo em Juiz de Fora, e teria participado de reuniões com militares, o que nega. Para Dom Geraldo “o perigo era o comunismo”, trecho de uma de suas respostas transformado em título da matéria. Há ainda uma foto do religioso, cuja legenda evidencia o conservadorismo da fonte, mesmo 20 anos depois do golpe: “Em defesa de eleições indiretas”. Já Milton Fernandes, preso na véspera da revolução, segundo informação da legenda de sua fotografia, não ocupa nenhum cargo nem pode ser apresentado como autoridade. Barbeiro e comunista convicto, ele teria sido preso várias vezes, mas ainda aposta na legalização do Partido, termo grafado em caixa alta como forma de evidenciar a forma reverente pela qual a fonte se refere à estrutura partidária.

O terceiro entrevistado é Dante Antônio Pereira, que na época do levante militar era vereador pelo Partido Libertador, segundo o jornal. Ao contrário dos outros entrevistados, no caso dele não há apenas a transcrição das perguntas e respostas, mas a apresentação do resultado da entrevista em duas matérias. Na primeira ele avalia as motivações do golpe, que teria sido provocado pela "fragilidade de Jango", na outra reconhece que o golpe foi uma surpresa para ele, apesar da aproximação com os militares.

Em termos gerais poderíamos considerar que a narrativa do jornal, à despeito de eventuais mensagens nas entrelinhas, em sua construção se utiliza da objetividade como ritual estratégico, tal como conceituado por Gaye Tuchman. Neste caso por meio de citação de fontes, entre outros recursos, os jornalistas estariam na verdade se protegendo dos riscos de críticas à sua conduta profissional, ou à censura, no caso do período analisado neste artigo.

Também é interessante observar que a temática da sucessão presidencial, em especial as discussões sobre o processo de democratização, e a realização de eleições diretas para a presidência da república, embora seja explicitada apenas nas entrevistas de Dom Geraldo e Milton Fernandes, divide o espaço das discussões políticas no jornal *Tribuna de Minas* com a série de reportagens sobre a Revolução de 64. Durante a semana de publicação das matérias especiais, as reportagens que tratavam das negociações em torno da emenda Dante de Oliveira foram sempre publicadas na página imediatamente anterior, a de número sete.

Quarenta anos depois a memória do golpe nas páginas de jornal

Com o restabelecimento da democracia, primeiro com um (vice) presidente civil escolhido em votação no Colégio Eleitoral, depois com eleições diretas, a expressão golpe militar surge sem pudores nas narrativas impressas nas páginas dos jornais de Juiz de Fora. Nas matérias e reportagens publicadas tanto na imprensa comercial quanto no jornal laboratório há uma tentativa de resgatar a memória do período do golpe, especialmente dando voz àqueles que foram alvo da censura durante a ditadura militar.

No jornal *Tribuna de Minas* não há o investimento em uma série de reportagens sobre o tema, como nos 20 anos do golpe, mas a

lembrança dos chamados anos de chumbo ocupa as páginas centrais do primeiro caderno no domingo que antecede o dia 31 de março.⁴ A chamada de primeira página, em duas colunas, anuncia a cobertura “40 anos do golpe que começou aqui”, e registra que o caminho para a ditadura teria sido aberto pelas tropas do General Mourão.

O topo das páginas centrais, quatro e cinco, é ocupado por uma série de fotografias que, dispostas lado a lado como negativos de um filme finalmente revelado, mostram tanques nas ruas, a saída das tropas da cidade e os populares acompanhando todo o movimento, alguns com cartazes nas mãos. Todas as fotografias que registram as cenas de 1964 são reproduções creditadas a Roberto Fulgêncio, da Agência Estado.

A matéria principal, que ocupa a parte central nas duas páginas, anuncia em seu título que “Decisão isolada em JF dá início a golpe e abre caminho para a ditadura no país”. Segundo o sub-título da reportagem as primeiras prisões da cidade teriam começado entre a saída das tropas do general Olympio Mourão e a convocação de uma greve geral pelo sindicalista Clodesmith Riani, entrevistado do jornal em 1984.

O texto de abertura tenta reconstruir o clima vivido no município nos momentos que antecederam o golpe e também seus primeiros desdobramentos:

“Eram 4h, no dia 31, quando as tropas começaram a deixar Juiz de Fora com o propósito de depor o presidente João Goulart no Rio de Janeiro. A ordem era do general Olympio Mourão, que através de um manifesto, declarava a necessidade de livrar o Brasil do comunismo” (Tribuna de Minas, 2004, p. 4-5).

Já no dia 1º de abril, segundo o texto da matéria, o som altofalante instalado em uma das praças do centro propaga a voz do locutor que anuncia o sucesso das tropas levantadas e proclama Juiz de Fora como a “capital revolucionária do país” enquanto um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) lança folhetos sobre a cidade com informações sobre a exoneração dos generais Mourão e Guedes. As empresas de ônibus cancelavam as viagens civis e começava a tentativa de resistência da esquerda, inicialmente buscando

proteção e abrigo para as lideranças, estudantes especialmente, no Seminário Santo Antônio e junto aos padres dominicanos do bairro Serro Azul. Depois vem as inevitáveis prisões, “agora, como clamou Glauber Rocha, Juiz de Fora teria a obrigação de devolver a liberdade ao país”, conclui o repórter Ricardo Miranda. Uma fotografia aberta em um espaço de oito colunas registra a marcha sem folga das tropas da 4ª Divisão de Infantaria.

No canto inferior da página há outra fotografia, a reprodução de uma página da edição de 07.04.64 do jornal *Diário da Tarde* e duas matérias menores. Um dos textos trata da vinda de Miguel Arraes à cidade, considerada um afronta pela direita, e ainda dos preparativos para a reação dos militares, incluindo as reuniões com o então governador Magalhães Pinto. De acordo com a narrativa os generais não acreditavam no sucesso da chamada “Operação Popeye”, cuja principal recomendação era não parar até o Rio de Janeiro: “As condições eram péssimas, os equipamentos ultrapassados e muitos soldados eram jovens que não sabiam nada de estratégias de guerra”. A outra matéria anuncia a programação de um evento, de “Cinco dias de reflexão sobre 64 na UFJF”, de acordo com seu título.

Nas laterais das duas páginas há entrevistas em formato pingue-pongue. Na página esquerda, o que poderia ser considerado curioso, há uma entrevista com Laurita Mourão, filha e biógrafa do general Olympio Mourão Filho. Segundo ela “o governo estava mais para a esquerda e os generais não toleravam isso”, acrescentando ainda que, de pijama vermelho, o general havia decidido fazer a revolução após assistir pela TV a um pronunciamento de João Goulart, acompanhado por “pessoas cantando a internacional, bandeiras com foice e martelo”.

A outra entrevista é com o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) em 1964, Arnaldo Francisco Penna, que teria inicialmente se escondido no Seminário Santo Antônio, tendo depois sido preso e levado para o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em Belo Horizonte. Na prisão ele ficou sabendo que o DCE tinha sido incendiado e diz ter enfrentado torturas psicológicas: “No quarto, havia soldados com armas apontadas para nós durante todo o tempo”.

Já no dia 31 de março, quando o golpe militar completava quarenta anos, o jornal publicou uma matéria de uma página inteira,

embora sem chamada na capa. Além da matéria principal, que resgata a memória do momento político em Juiz de Fora logo após o golpe, há entrevistas com quatro fontes que respondem a uma pergunta em estilo enquete “Onde o senhor estava em 31 de março de 1964?": o sindicalista Riani, o arcebispo Eurico Velloso, o dirigente do PC do B João Luiz Guedes e o atual prefeito Tarcísio Delgado.

O título da matéria principal destaca que a “Lista dos 100 primeiros presos políticos inclui Riani”. Ao lado da reprodução de uma página do jornal *Diário da Tarde*, que tinha como manchete a transformação do DCE em uma grande escola de Cuba e Moscou, a matéria tenta reconstruir o clima de caça às bruxas e de suspensão de direitos políticos no que é definido como “sombrio período que durou 21 anos”. Enquanto os estudantes eram escondidos em conventos e seminários, os vereadores de Juiz de Fora se reuniam em comissão para cassar os colegas parlamentares considerados “comunistas”, para votar a revogação de uma resolução que concedia o título de cidadão honorário a Leonel Brizola e ainda para mudar a denominação da Avenida João Goulart, que acompanha o Rio Paraibuna, hoje Avenida Brasil. A matéria ainda faz a reconstituição do panorama nacional nos primeiros anos da ditadura.

Há uma reportagem secundária em que cidadãos de Juiz de Fora, com alguma forma de envolvimento político, fazem uma avaliação dos primeiros momentos pós-golpe e de sua atuação no período. No texto que tem como título “Moderação no discurso e abrigo no seminário” é inevitável reconhecer o progresso do prefeito Tarcísio Delgado, então estudante, e do atual arcebispo Eurico Velloso, na época padre e vice-reitor do Seminário, onde se esconderam ativistas políticos. A matéria destaca também a combatividade de Tarcísio na defesa dos presos quando era vereador, em 1966. Hoje prefeito, Tarcísio confessa ter feito um texto para lá de moderado em uma sessão que celebrava o sexto aniversário da “revolução” (agora termo escrito entre aspas nas páginas do jornal): “Havia um programa de rádio que convidou todos os vereadores para falar, mas tínhamos que escrever antes devido à censura”.

Entre os entrevistados da matéria há ainda o atual vereador Vicente de Paula ou Vicentão (PTB) que estava ao lado dos militares durante o regime militar. Em 1971, por exemplo, no período dos anos

de chumbo, ele entrou para a polícia do exército. Atualmente, com um antigo sindicalista na presidência, ele afirma em entrevista que "era obrigado a fazer isso".

No jornal *Panorama*, lançado em dezembro de 2003 e atualmente o maior concorrente da *Tribuna de Minas*, a cobertura da memória, dos quarentas anos do Golpe mereceu maior destaque, semelhante inclusive àquele dedicado ao tema por seu concorrente no final da ditadura, em 1984. A série de reportagens sobre os 40 anos do Golpe foi publicada em quatro edições consecutivas, entre os dias 28 e 31 de março. É interessante observar a convivência de duas formas de abordar o tema em disputa durante a cobertura. Isso porque se o texto que anuncia a série de reportagens na capa da edição de 28 de março de 2004 aborda também as "divergências antes do golpe que derrubou Jango em 1964", o selo que marca a cobertura, presente na capa e nas páginas internas reúne a mostra de um tanque de guerra, sob o qual o número 64 também surge, sendo ambos envoltos em uma espécie de círculo no qual se lê gravada a palavra *Revolução*.

A matéria que abre a cobertura sobre os quarenta anos do golpe ocupa quatro colunas em página inteira, e é assinada pelo jornalista Wilson Cid, que já trabalhava na imprensa local quando ocorreu o golpe. O texto que fala sobre os manifestos de 64, que teriam antecipado as divergências, tem assim um caráter quase testemunhal, se assemelhando a narrativa de um artigo. "Jornalistas que participaram do comitê de imprensa, montado no quartel general, puderam ouvir, sem restrições ou censura, os sucessivos telefonemas que o general Mourão Filho fazia naquele 31 de março para o general Amaury Kruehl, que comandava de São Paulo". O golpe já estava em curso.

Não há entrevistados na matéria, que extrai sua legitimidade do texto-depoimento de Wilson Cid, de três fotografias de "Jorge Couri/Arquivo pessoal", segundo informam os créditos, e ainda da reprodução do texto dos manifestos de Mourão Filho e do documento assinado pelo então governador Magalhães Pinto. Os dois documentos não são reproduzidos, mas seu texto é estilizado em uma arte que simula um manuscrito. O manifesto de Mourão, mais agressivo, fala do "governo comunista" de Jango que "(...) há de ser afastado do Poder de que abusa(...)". Já o texto de José de

Magalhães Pinto é mais ameno e assume a defesa da democracia, que "(...)brada a formação do povo mineiro, que tem como seu ponto mais alto o amor à liberdade". Nas fotografias é possível ver cenas do Comitê de Imprensa e das tropas mineiras, em seu deslocamento e em um evento no qual há uma espécie de palanque improvisado onde é possível identificar, com o auxílio da legenda, o governador Magalhães Pinto e o general Mourão Filho.

A segunda reportagem da série, publicada em 29.03.2004, ocupa a página 03 inteira. No alto da página, logo abaixo do selo "Revolução 64", o título da matéria principal anuncia a tentativa de reconstruir para os leitores o início do movimento militar: "O dia em que o golpe nasceu". O texto conta que o general reuniu os soldados de madrugada para derrubar Jango, é assinado por Wilson Cid e começa com um depoimento do general Mourão: "Naquela noite de 30 de março de 64, liguei a televisão e vi o que estava acontecendo no Automóvel Clube (Rio) onde uma assembléia de sargentos dava demonstração de indisciplina e quebra de hierarquia. Desliguei e fui dormir. Não consegui". A matéria trata ainda da disputa de poder entre Mourão e Magalhães Pinto e da lentidão do governo de perceber as conspirações em curso em 1964.

Há ainda sete fotografias, também do arquivo de Jorge Couri, que mostram as tropas na saída de Juiz de Fora e a caminho do Rio de Janeiro, e três matérias menores ou sub-retrancas: Ações Táticas, Arrependimento e Prisões. A primeira matéria fala das ações inspiradas em táticas de guerra, como a tomada do então Departamento de Correios e Telégrafos, das emissoras de rádio e ainda relata a apropriação de cerca de 850 mil litros de gasolina, todo o combustível disponível nos postos da região. Outra matéria aborda o desencanto de Mourão Filho com o que chamava de "desvios revolucionários" e de sua ida para a reserva já em 74 quando, alijado pelos militares que estavam no poder, afirmou em entrevista se considerar uma "vaca fardada". Finalmente a matéria que trata das prisões relata a perseguição a ativistas políticos e vereadores, mas ressalta que o alvo principal era o sindicalista Riani, "o mais importante líder sindical do país".

Na edição de 30 de março de 2004 o jornal *Panorama* resgata a memória dos ativistas que viveram as restrições em 1964, como o presidente do diretório municipal do PC do B José Luiz Guedes. A

chamada de capa anuncia que, para o hoje ex-deputado, "JF foi a capital golpista em 1964". A reportagem ocupa meia página, e tem como título uma declaração dele: "Se formos ouvir, hoje, a nação, saberemos que se comemora a derrota militar, o fim dos generais". A matéria, em formato pingue-pongue, é assinada por Jakeline Souza. De acordo com a visão de Guedes, tornada pública pela narrativa do jornal, Juiz de Fora teria sido mais vítima do golpe do que outras cidades do país e, depois da instalação da ditadura, teria se colocado numa atitude de resistência.

No dia em que o levante completou 40 anos, em 31.03.2004, a chamada de capa anuncia que o "Golpe militar de 64 ainda deixa seqüelas". O texto aponta como consequência do movimento iniciado há quatro décadas "a perseguição e prisão de centenas de pessoas". A matéria, assinada, ocupa página inteira e tenta recons-truir, como promete o título, o dia 31 de março de 64, quarenta anos depois, com destaque para as prisões de líderes sindicais.

O texto, bem escrito, é bastante engajado, ou em outras palavras, crítico ao golpe militar:

"Quando o relógio marcar 7 horas hoje, o tic-tac vai se tornar mais forte na memória de José Carlos Villani as lembranças, (...) não como fato passado, mas sim como desafio ainda a ser enfrentado na tentativa de tornar menos injustas as consequências que assim como ele outros brasileiros sofreram."

Tratado na reportagem como camarada, com 75 anos em 2004, o sindicalista Villani é o personagem com maior destaque nas matérias, que têm ainda o depoimento do vereador cassado em 64 José Moreira Lanna (PTB): "Fui preso por ser a favor da reforma agrária, como sou até hoje". No caderno ETC, dedicado a cultura, o panorama também se dedica a análise dos impactos do golpe na cidade, durante a ditadura. A matéria de capa aborda os efeitos da censura no teatro e cultura locais, e as estratégias utilizadas para fugir dos rigores dos anos de chumbo. É o caso da decisão do Grupo Divulgação de montar autores clássicos "para driblar os censores", como lembra o diretor José Luiz Ribeiro. No caderno há ainda matérias falando sobre dez livros que tratam do movimento militar –

“O golpe nas livrarias” – e outra sobre a resistência cultural em uma galeria de arte aberta em 1965.

É interessante observar, na cobertura do jornal *Panorama*, que os textos são em geral bastante incisivos, que não são ouvidas fontes favoráveis ao golpe de 64. Há, sim, depoimentos de Mourão Filho, mas também destaque para seu “arrependimento”. Os tons mais conservadores ficam por conta da construção visual, com a presença do termo Revolução, no selo que marca a série, e a reprodução de jornais que circulavam na época, e que apoiavam os militares.

Já no *Jornal de Estudo*, publicação laboratorial que existe há 39 anos, a memória do golpe também mereceu cobertura especial. A chamada de capa destaca a censura na Universidade e o depoimento de quem viveu 1964. Nos títulos das quatro matérias publicadas, além de um pequeno box, a palavra golpe aparece duas vezes, assim como o termo ditadura, citado uma vez, o que evidencia a perspectiva seguida pelas estudantes Ana Luísa Maciel, Maria Cecília Braga e Daniele Gruppi, sob orientação da professora Cláudia Lahni.

As matérias dão ênfase aos eventos e manifestações, culturais em especial, que marcam a lembrança dos 40 anos do golpe. Em uma delas se destaca a discussão sobre o golpe no âmbito da Universidade, em 2004, e a memória de abandonos de curso em 64, e as restrições e dificuldades sofridas pelos estudantes na época. Há ainda uma matéria que aborda as “Memórias da Ditadura” por meio das recordações de um professor, de 50 anos, e um militar reformado, 75, ambos não identificados, e da professora de poesia Áurea Celeste, secretária de cultura do DCE em 1971. Por fim, em um box que em sua diagramação lembra a imagem de um negativo, há sugestões de filmes e documentários sobre a ditadura militar “Para ver...”, como sugere o título.

As relações entre jornalismo e memória coletiva

As lembranças do golpe nas páginas de jornais impressos, comerciais ou laboratório, também são um importante instrumento para o resgate de parte da memória coletiva sobre a ditadura militar. Essa aproximação dos campos de trabalho e atuação do jornalista e do historiador já foi abordada por diferentes autores, como Cádima, para

quem (...) se há um século atrás cabia aos historiadores a legitimação do passado, hoje é o jornalista e o campo dos media que ocupam o lugar do historiador" (1996, p. 75).

A memória do golpe nos jornais, muitas vezes reconstruída a partir das recordações de quem o viveu, como destacamos anteriormente, é atualmente compartilhada pela sociedade, ou como sugere Schudson, memória social. Para ele, diferente do uso corriqueiro, a memória seria essencialmente social, por uma série de fatores.

O primeiro deles é que a memória seria localizada, muitas vezes, em instituições, ao invés de estar na mente de cada indivíduo, em forma de regras, leis, procedimentos padronizados, documentos e gravações. Nessa perspectiva, ao resgatar o passado por meio da cobertura do golpe, 20 e 40 anos depois de 1964, a imprensa de Juiz de Fora atua como instituição cultural, que contribui para que muitos moradores sejam "capazes de reconhecer, no presente, ligações ou débitos com o passado ou ainda por meio das quais elas possam expressar uma continuidade moral com o passado" (Schudson, s.d.). Para o autor, que oferece suporte a essa análise, a memória individual beberia na fonte de memória que seria estabelecida, e mantida pelas instituições sociais, como os jornais.

Também tornaria a memória social o fato dela ser algumas vezes localizada em monumentos e/ou mercados criados e mantidos socialmente, como livros, feriados, estátuas, souvenirs. Ou, em nosso caso, nas coberturas especiais sobre o golpe de 1964 na imprensa de Juiz de Fora. Além disso, ainda de acordo com Schudson, mesmo que a memória esteja localizada na mente de indivíduos, ela pode ser utilizada como forma de caracterização de grupos de indivíduos, sendo largamente compartilhada.

Finalmente, localizada nos indivíduos ou em instituições, como a imprensa, podemos considerar que a memória permaneceria social pelo fato de operar em geral por meio de construções culturais, como a linguagem. Além disso, os momentos de lembranças – aniversários, celebrações etc. – seriam respostas a estímulos sociais.

Ao analisar o caso Watergate na memória americana Schudson sugere que a dimensão cultural da memória também incluiria um segundo aspecto ou dimensão, normativa. Assim, em cada momento, os responsáveis pelo poder, isto é, pelo controle de instituições, como a imprensa, definiriam se a memória, as recordações seriam estimu-

ladas ou não, permitidas ou bloqueadas. Em seu artigo o autor identifica um temor de esquecimento, uma espécie de angústia ou medo de esquecer episódios, como o caso Watergate. Para Schudson este temor seria uma expressão da angústia vivida pela sociedade americana, pelo fato da memória histórica estar continuamente disputando uma batalha perdida contra o canto de sereia do presente. Assim, seria importante garantir a memória do passado, tanto nos Estados Unidos como aqui, por meio dos meios de comunicação de massa, entendidos aqui como agentes da memória coletiva.

É importante ressaltar ainda que lembrar envolve uma tomada de posição, ideológica inclusive, reflexão também feita por historiadores como Peter Burke:

"Lembrar o passado e escrever sobre ele nem de longe parece uma atividade inocente como essa ação já foi pressuposta. Nem as memórias, nem as histórias parecem minimamente objetivas. Em ambos os casos há seleção, interpretação e distorção que são socialmente condicionadas. Este nunca é o trabalho de indivíduos sozinhos, isolados." (Burke apud Schudson).

Para Schudson o caso de John Kennedy seria um exemplo ideal para se compreender a memória como artefato ou construção social. Isto porque, neste caso se evidenciaria um esforço presente, e contínuo, em editar o passado do presidente americano assassinado para manter a memória e o controle cotidiano. Outro evento particularmente interessante para o estudo da memória coletiva, segundo o autor, seria o caso Watergate porque foi, e continua sendo tratado, como um acontecimento único, ao invés de um processo. E desta forma seria mais fácil lembrar, "ele tem um início, um meio e um fim, heróis e vilões; há momentos de conflito e altamente dramáticos". Assim, Watergate seria o tipo de fenômeno com o qual tanto jornalistas quanto historiadores saberiam instintivamente como lidar, contar.

De acordo com Schudson os eventos em que é possível definir ou estabelecer com, facilidade e rapidez, marcas de início-meio-fim e que podem ser apreendidos como dramas, encorajam a publicação, a realização de reportagens. E as notícias do presente, factuais, se adequam certamente melhor à memória persistente que aqueles

fatos que não foram objeto de publicação. Por outro lado estas características, identificadas também na cobertura do golpe de 64 anos depois, se atraem a atenção dos jornalistas, reduzem o interesse de longo prazo de cientistas sociais e historiadores. Neste sentido cabe mais uma vez ressaltar a importância dos jornalistas na reconstrução do passado histórico, das lembranças do golpe militar, convertidas em memória coletiva nas páginas dos jornais de Juiz de Fora, especialmente em 2004, quando já era possível estabelecer com certeza o fim do período militar.

Assim como Watergate, para os americanos, o golpe de 64 não é um evento comemorado ou celebrado em nossa história, mas nem por isso deve ser esquecido. Schudson destaca que "há cobertura da mídia sobre Watergate nos 'aniversários' de 17.6.72 e 9.8.74 (datas da publicação da reportagem e da renúncia de Nixon), especialmente quando o tempo decorrido pode ser dividido por cinco ou dez, isto é, de cinco em cinco ou de dez em dez anos". O caso teria assim o caráter de artefato histórico, e no caso americano, especialmente comercial, mantido pela "indústria das notícias que mantém o registro de datas políticas e culturais importantes".

Se em relação a Watergate, nos aniversários da divulgação do escândalo e da renúncia de Nixon os jornais, revistas, programas de rádio e televisão são sempre ocupados por retrospectivas, reflexões e atualizações, no Brasil e neste artigo especialmente na imprensa de Juiz de Fora, este papel também foi cumprido na cobertura dos 20 e 40 anos do golpe. Desta forma a mídia ajuda a manter viva a memória dos anos de chumbo, e das ações militares.

É importante lembrar, como sugerem Kurt e Gladys Engel Lang, que as referências ao passado em notícias que incluem uma espécie de atualização, como a lembrança dos 20 e 40 anos do golpe na imprensa de Juiz de Fora, têm o caráter de marcas semânticas, são usadas para fazer conexões, para enquadrar um evento em uma determinada categoria de acontecimentos, e para sugerir certas inferências. "Nas notícias, o passado é evocado por quatro motivos ou razões distintas: para delimitar uma era, para fazer analogias, como marco ou referência para comparações e pelas explicações resumidas ou lições que ele pode fornecer" (Lang & Lang, 1989, p. 124).

No caso da cobertura dos 20, e especialmente dos 40 anos do Golpe de 64, a narrativa do passado, e de como ele é percebido no presente por fontes e jornalistas, teria uma motivação ligada às relações entre jornalismo e democracia, apontadas por Carey como fundamentais para a garantia de credibilidade das relações entre o profissional de imprensa e seu público. “Sobre as instituições democráticas, o modo de vida em uma democracia, não se aceita que os jornalistas sejam indiferentes ou objetivos. Esta deve ser a única paixão compulsória dos jornalistas, já que constitui as bases e condições para sua prática profissional” (Carey, 1999, p. 17).

Assim, a lembrança do golpe de 64 na imprensa de Juiz de Fora, cidade de onde partiram as primeiras tropas militares rebeladas, duas e quatro décadas depois pode ser compreendida como uma cobertura estratégica, em defesa da democracia, do jornalismo, e da memória coletiva.

Notas

1. Geisel e Golbery são os personagens centrais do conjunto de livros de Élio Gaspari. O projeto editorial, anunciado na primeira obra da série, prevê a publicação de cinco livros ao todo. Os dois primeiros – *A ditadura envergonhada* e *A ditadura escancarada* – foram reunidos sob o sub-título “As Ilusões Armadas”. O terceiro e quarto volumes publicados pela Companhia das Letras – *A ditadura derrotada* e *A ditadura encurralada* – integram o tríptico “O Sacerdote e o Feiticeiro”, como o autor se refere a Geisel e Golbery, respectivamente.
2. Segundo o verso da música “Apesar de Você”, “(...) a minha gente hoje anda falando de lado e olhando pro chão (...)”.
3. De acordo com o *Novo Manual de Redação da Folha de São Paulo* seria “(...) arte de pequenas dimensões que serve como marca visual, em edições sucessivas, de textos sobre o mesmo assunto” (*Folha de S. Paulo*, 1992, p. 165).
4. O jornal *Tribuna de Minas* circula de terça-feira a domingo. Assim a edição de domingo recebe a identificação Domingo e Segunda-feira, no caso do jornal analisado 28 e 29 de março de 2004.

Fontes

Jornal *Tribuna de Minas*. 28 a 31/03/1984 e 28 a 31/03/2004.

Jornal *Panorama*. 28 a 31/03/2004.

Jornal de Estudo – Jornal Laboratório da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Ano 39, n. 165, março 2004.

Referências Bibliográficas:

CÁDIMA, Francisco Rui. *História e crítica da comunicação*. Lisboa: Edições Século XXI, 1996.

CAREY, James W. Lawyers, voyeurs and vigilantes: journalists and our democratic institutions. *Media Studies Journal*, Nova York: Columbia University, spring/summer 1999.

CAREY, James W. (edit). Social Memory. *Communication*, Nova York: Gordon and Breach Science Publishers, v. 11, n. 2, 1989.

LANG, Kurt; LANG, Gladys Engel. "Collective Memory and the news". In: CAREY, James (edit). *Communication-Social Memory*. Nova York: Gordon and Breach Science Publishers, 1989.

SCHUDSON, Michael. "The present in the past versus the past in the present." In: *Communication-Social Memory*. CAREY, James (edit). Nova York: Gordon and Breach Science Publishers, 1989.

_____. *Watergate in American Memory: How we remember, forget and reconstruct the past*. Basic Books: Los Angeles, s.d.